

CARTA IBGE



Ano IV • Nº 57

junho / julho • 1999

IBGE faz o primeiro retrato da economia informal brasileira

Com entrevistas realizadas em quase 50 mil domicílios das áreas urbanas de 753 municípios brasileiros, a pesquisa Economia Informal Urbana (ECINF/97) revelou que o setor movimentava, no mês de outubro de 1997, R\$ 12,890 bilhões, através de quase 9,478 milhões de empresas que empregavam mais de 12 milhões de pessoas, entre pequenos empregadores, trabalhadores por conta própria, empregados com e sem carteira assinada e trabalhadores não remunerados.

Do total das empresas, instaladas sobretudo no Sudeste, 86% pertencem a trabalhadores por conta própria e apenas 14% referem-se a empregadores que contratavam até cinco empregados. Das empresas investigadas, 94% têm um único proprietário e 80% possuem apenas uma pessoa ocupada. As principais atividades desenvolvidas na economia informal são comércio (26%) e serviços de reparação, pessoais, domiciliares e de diversão (20%). Cerca de 91% destes pequenos empreendimentos funcionam durante o ano inteiro e 87% não possuem constituição jurídica.

O faturamento médio, em outubro de 1997, foi de R\$ 1.405,00, sendo que as empresas de conta própria faturavam R\$ 931,00 e as de empregadores R\$ 4.262,00, na média. A grande maioria das empresas informais (93%) estava no azul, com R\$ 629,00 de lucro, em média.

A pesquisa, que permite conhecer de forma mais aprofundada a lógica das pequenas unidades produtivas do tecido econômico, define como pertencente à economia informal toda atividade exercida por trabalhadores por conta própria ou pequenos empregadores, em atividades não agrícolas. O critério básico não é sua regularização junto às autoridades públicas, mas a forma particular de organização da produção e de divisão do trabalho.

Dois terços das empresas não possuem licença

Os indicadores de formalização indicam que 66% das empresas não estão licenciadas pelo estado ou pelo município. A maioria delas (87%) não é sequer filiada a sindicato ou órgão de classe, nem possui constituição jurídica - um padrão que se reflete em todas as atividades.

A esmagadora maioria das empresas (95%) não utilizou crédito nos 3 meses anteriores à pesquisa. Entre os 5% que usaram crédito, a principal fonte de recursos foram os bancos (43%), seguidos de amigos e parentes (35%).

Predominam os trabalhadores por conta própria

A pesquisa identificou que 67% das pessoas ocupadas na economia informal são trabalhadores por conta própria, 12% são empregadores, 10% são empregados sem carteira assinada, 7% são trabalhadores com carteira e 4% são não remunerados.

As atividades de *Comércio e de Serviços de reparação, pessoais, domiciliares e de diversão* são as que empregam a maior parcela de pessoas (27% e 18%, respectivamente). O rendimento médio das pessoas ocupadas no setor informal - fora os proprietários - é de R\$ 240,00. Por região, os mais bem remunerados eram os trabalhadores da região Sul (R\$ 295,00) e os de rendimento mais baixo eram os do Nordeste (R\$ 163,00).

A maioria dos proprietários é de homens

Cerca de 66% dos donos das empresas do setor informal são homens com idades entre 25 e 39 anos (42%) e 40 a 59 anos (42%), sendo que 88% deles não têm sócios. O nível de instrução predominante entre os proprietários é o primeiro grau incompleto, com apenas 26% tendo concluído o segundo grau ou atingido o nível superior.

■ INFLAÇÃO

Inflação de junho, medida pelo IPCA, é de 0,19%

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo de junho foi de 0,19%, abaixo, portanto, do índice de maio (0,30%). Com isso, o IPCA, que mede a inflação em 11 localidades com base no consumo das famílias com renda mensal de um a 40 salários mínimos, apresentou, em junho, um acumulado de 3,32% nos últimos 12 meses (3,14% em maio) e de 3,96% no ano (2,29% em junho de 98).

Com -1,28%, os produtos alimentícios apresentaram uma variação negativa ainda mais intensa do que a registrada em maio, expressando os reflexos da abundante safra agrícola deste ano. Os destaques foram feijão rajado (-8,06%), arroz (-5,31%) açúcar cristal (-4,96%), frutas (-4,70%), açúcar refinado (-4,30%), óleo de soja (-3,55%) e hortaliças (-3,13%). Também apresentaram quedas os artigos de limpeza (-0,32%) e os de higiene pessoal (-0,27%). Em maio, quando apresentaram 1,41% e 1,44%, respectivamente, esses grupos ainda refletiam os efeitos da desvalorização do real.

Os produtos não alimentícios registraram alta de 0,65% em junho contra 0,70%, em maio. Mesmo assim, merecem destaques os aumentos nas tarifas da energia elétrica ocorridos em junho (6,97%), contra apenas 0,77%, em maio. Outros itens que também apresentaram altas importantes foram telefone (2,23% contra 0,00% em maio) e ônibus urbanos (1,18% contra 0,42%). Outros produtos apresentaram desaceleração em relação a maio, como gás de bujão (2,10% contra 3,73%, em maio), produtos farmacêuticos (1,92% contra 2,73%) e gasolina (0,84% contra 3,27% em maio).

Já o INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), que mede a variação de preços com base no consumo de famílias com renda mensal de um a oito salários mínimos, apresentou variação de 0,07% em junho (0,05% em maio). Nos últimos 12 meses, o INPC acumula variação de 3,10% (3,19% em maio) e, no ano, o acumulado é de 3,86% (3,24% em junho do ano passado). Também no INPC, os produtos alimentícios apresentaram, em junho, uma variação negativa mais acentuada do que a de maio (-1,36% contra -1,11%).

ERRATA

Na Carta IBGE nº 56, foi publicado, por engano, na matéria de primeira página, um erro quanto ao número de domicílios. Ao se referir às novas tecnologias que irão permitir a divulgação dos principais resultados do Censo ainda no ano 2000, a matéria afirma que serão processados cerca de 300 milhões de páginas de documentos referentes aos questionários que serão preenchidos nos 430 milhões de domicílios brasileiros. O correto, evidentemente, é 43 milhões de domicílios.

■ CONSTRUÇÃO CIVIL

Construção civil acumula alta de 3,28% em cinco meses

Em maio, o custo nacional da construção civil ficou em R\$ 292,14, que corresponde a uma variação de 0,99%, acima da registrada em abril (0,54%). No ano, o índice acumulado atingiu 3,28%.

Tanto o índice nacional como o regional foram fortemente influenciados pelos resultados de São Paulo, que refletiram o dissídio salarial ocorrido no estado. A região Sudeste apresentou, assim, uma variação mensal de 1,79%, com o acumulado do ano chegando a 4,68%. A região Centro-Oeste apresentou a menor taxa mensal (0,26%) e a região Norte a menor variação no acumulado do ano (0,98%).

Os custos médios ficaram em R\$ 290,40 (Norte); R\$ 261,91 (Nordeste); R\$ 313,89 (Sudeste); R\$ 301,97 (Sul) e R\$ 270,97 (Centro-Oeste). Com relação aos estados, os destaques foram para São Paulo, que registrou taxa mensal de 2,81%, Amapá com 2,12%, Sergipe com 1,90% e Ceará com 1,45%, todos com dissídio coletivo. Seis estados apontaram índices negativos, ficando entre -0,60% no Rio de Janeiro e -0,04% em Pernambuco. No indicador acumulado do ano, São Paulo e Minas Gerais acusaram os maiores aumentos, com 5,42% e 5,29%, respectivamente.

Os resultados deste mês fazem parte da nova série iniciada em janeiro de 99 e que tem como base dezembro de 1998. A interrupção da série anterior, com base em junho de 1994, foi necessária diante das amplas atualizações nas referências técnicas do SINAPI, promovidas pela CAIXA - Caixa Econômica Federal, no sentido de melhor adequá-lo à realidade atual.

Esses dados são produzidos mensalmente pelo IBGE, a partir do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (SINAPI) e através de convênio com a Caixa Econômica Federal.

SISTEMA NACIONAL DE PESQUISA DE CUSTOS E ÍNDICES DA CONSTRUÇÃO CIVIL - SINAPI
Maio de 1999 - Valores em R\$/m²



Em maio, a estimativa de safra é de 81,229 milhões de toneladas

A produção total de cereais, leguminosas e oleaginosas poderá alcançar 81,229 milhões de toneladas, superior em 8,05% à obtida em 1998 (75,178 milhões de toneladas).

A região Centro-Sul e o estado de Rondônia, que participam com 90% do total da produção, apresentam uma expansão de 5,27%, enquanto que as regiões Norte e Nordeste, com participação de 10%, mostram um crescimento de 44,12%. Esta estimativa ainda envolve algumas simulações, notadamente no tocante ao comportamento dos cultivos de inverno e das segunda e terceira safras de certos produtos que, por força do calendário agrícola, não permitem que se faça qualquer previsão nesta época do ano.

Com relação à informação do mês passado, destacam-se as variações do arroz em casca (3,87%), feijão em grão 2ª safra (10,60%), milho em grão 2ª safra (6,49%) e soja (-3,72%). As variações observadas nas culturas do arroz, feijão 2ª safra e soja decorrem de ajustes nas estimativas dos principais estados produtores, uma vez que a colheita já está encerrada nos maiores pólos produtores do país. Quanto à variação de 6,49% observada na produção de milho 2ª safra, ela ocorre em virtude das expectativas positivas nos estados da Bahia e do Paraná, com acréscimos de 55,01% e 11,22%, respectivamente.

Com relação à safra anterior, feijão e arroz registram as principais variações

Na comparação das estimativas do mês de maio com relação à safra anterior, os produtos que se destacam são: algodão herbáceo em caroço (15,03%), arroz em casca (42,47%), feijão em grão 1ª safra (50,13%), feijão em grão 2ª safra (36,62%), milho em grão 1ª safra (10,50%), milho em grão 2ª safra (5,26%), feijão em grão 3ª safra (-24,04%) e soja (-3,83%).

A primeira safra de grãos da região Centro-Sul, que responde por cerca de 90% da produção nacional, acha-se praticamente colhida, restando no campo apenas algumas lavouras de milho.

Quanto às culturas de inverno, das quais o trigo é o principal produto plantado na região Sul, sobretudo no Paraná e Rio Grande do Sul, as primeiras previsões mostram pequenos acréscimos na produção dos estados de Santa Catarina (9,41%) e Paraná (1,59%).

Quanto à região Nordeste, ainda não se tem todos os elementos para definir a produção desse ano. Em alguns estados a safra já está praticamente delineada, mesmo acusando pequenos decréscimos em regiões mais carentes de chuvas, que tiveram suas lavouras muito afetadas nas primeiras fases do desenvolvimento vegetativo. Em outros estados, embora tenha chovido de forma diferenciada, somente nos próximos levantamentos será possível obter um quadro definitivo da safra do Nordeste.

Faturamento do comércio carioca cresce 4,9%

O resultado do mês de maio com relação a abril é atribuído basicamente ao movimento de vendas provocado pelo Dias das Mães. Em relação ao ano passado, no entanto, prosseguem as taxas negativas de desempenho: -6,3% sobre maio de 1998 e -5,0% na comparação janeiro-maio 99 / janeiro-maio 98.

Entre abril e maio, sete das dez atividades varejistas pesquisadas apresentaram aumento real de faturamento, com os maiores acréscimos sendo observados em *vestuário, calçados e tecidos* (21,6%), *combustíveis e lubrificantes* (8,8%), *material de construção* (8,5%), *super e hipermercados* (5,8%) e *farmácias, drogarias e perfumarias* (5,4%).

Em relação ao ano passado, as únicas atividades com acréscimos de faturamento continuam a ser as de *super e hipermercados* (3,1% e 4,5%, em comparação a maio e ao período janeiro-maio de 98, respectivamente) e de *farmácias, drogarias e perfumarias*, com taxas de 17,7% no indicador mensal e de 12,0%, no acumulado do ano.

Por classe de pessoal ocupado, os resultados do varejo apontam acréscimo de faturamento, entre abril e maio, em todos os tamanhos de estabelecimentos definidos pela Pesquisa Mensal de Comércio. As unidades que ocupam de *10 a 19 pessoas* apresentaram o maior aumento de vendas brutas reais (10,7%), seguidas pelas unidades de *20 a 49 pessoas ocupadas* (8,0%). Já no acumulado do ano, os resultados são todos negativos, com as maiores quedas ocorrendo nos estabelecimentos de *10 a 19 pessoas* (-13,3%) e de *20 a 49 pessoas* (-11,9%).

Por grupos de produtos, constatam-se também resultados positivos gerais com relação a abril, mas, no acumulado do ano, no entanto, prevalecem as quedas no faturamento real observadas em quatro dos seis grupos. Apenas *alimentos e consumo residencial* revelaram taxas positivas (5,3% e 0,3%, respectivamente), sendo que a maior retração ocorreu no grupo de *automóveis e motos, peças e acessórios* (-19,7%).



Desemprego de maio cai para 7,7%

O número de pessoas procurando trabalho em maio caiu, tanto em relação a abril (-3,3%) quanto em relação a maio passado (-7,6%).

Com isso, a taxa de desemprego aberto, de maio deste ano, ficou em 7,7%, contra os 8,02% do mês anterior e os 8,2% de maio de 1998. Nos dois tipos de comparação, a taxa de desemprego foi menor na indústria de transformação, no comércio e nos serviços e maior na construção civil. Nos cinco primeiros meses do ano, a média do indicador foi de 7,82%, bem próxima do valor registrado no mesmo período do ano passado, 7,79%.

Realizadas numa amostra de 40 mil domicílios nas seis principais regiões metropolitanas do país, as estimativas da Pesquisa Mensal do Emprego para maio deste ano indicam, em relação ao mês anterior, crescimento de 0,7% para o número de pessoas economicamente ativas e estabilidade para o número de pessoas não economicamente ativas. Já em relação ao mês de maio do ano passado, as variações foram de -1% e 6,6%, respectivamente.

Variação mensal é mais favorável que a anual

No primeiro tipo de comparação, o número de pessoas trabalhando aumentou 1,1% e, no segundo, caiu 0,4%. Desagregando por setor de atividade, nos resultados de abril para maio observa-se aumento do número de pessoas trabalhando na indústria de transformação (2,0%), no comércio e nos serviços (ambos em torno de 1,0%) e queda na construção civil (-2,4%). De maio do ano passado para maio deste ano, a ocupação caiu na indústria de transformação (-5,4%) e na construção civil (-5,0%), cresceu nos serviços (1%) e manteve-se estável no comércio.

Já a desagregação por categoria de ocupação, revela crescimento do número de empregados com carteira assinada (1,4%) na comparação mensal e queda na comparação anual (-3,3%). A variação do número de empregadores foi positiva nos dois tipos de comparação (4,9% e 3,9%), o mesmo acontecendo com o número de empregados sem carteira de trabalho assinada (1,2% e 2,0%).

O rendimento médio real das pessoas ocupadas referente ao mês de abril caiu, tanto em relação a março (6%) quanto em relação a abril do ano passado (-4,1%). No primeiro tipo de comparação, as quedas no rendimento dos empregados sem carteira de trabalho assinada (-3,6%) e dos empregados com carteira (-1,4%) influenciaram o resultado. No segundo tipo de comparação, a queda foi puxada pela variação do rendimento dos empregados com carteira e das pessoas que trabalharam por conta própria (em torno de -4,0%).

Emprego Industrial volta a cair

Após se manter estabilizado em abril, o emprego industrial apresentou, em maio, uma discreta redução (-0,1%). Nas comparações que envolvem períodos mais longos, os resultados permanecem bem negativos: -8,7% em relação a maio de 98, -9,1% no acumulado do ano e -9,3% nos últimos 12 meses.

Entre abril e maio, a redução no contingente de trabalhadores alcança três das cinco áreas investigadas. A indústria da região Nordeste foi a que apresentou o maior índice de queda (-0,4%), na região Sul houve perda de 0,2% e em São Paulo de -0,1%. O emprego no Rio de Janeiro ficou estabilizado e em Minas Gerais se expandiu (1,0%).

Na comparação com maio/98 há redução em todos os locais

As indústrias de Minas Gerais (-12,4%), de São Paulo (-9,1%) e da região Nordeste (-9,0%) mostram as perdas mais significativas. Nas demais áreas, as taxas de recuo também foram expressivas, porém inferiores aos -8,7% observados em nível nacional: Rio de Janeiro (-8,5%) e região Sul (-6,3%).

No indicador acumulado em janeiro-maio, contra igual período do ano passado, o número de demissões superou o de admissões em todas as áreas pesquisadas, com a indústria de Minas Gerais revelando a maior redução percentual (-12,8%). Neste estado, apenas vestuário (8,2%) e farmacêutica (6,1%) ampliaram o número de empregados. A seguir vem a indústria de São Paulo (-10,2%), principal parque fabril do país. Dos 22 setores investigados neste local, 20 reduziram o quadro de pessoal, sendo as retrações mais agudas em fumo (-34,0%) e mecânica (-21,4%). Na região Nordeste, a queda foi de 8,1%, no Rio de Janeiro de -7,5% e na região Sul a redução dos postos de trabalho chegou aos -7,4%.

Finalmente, no indicador acumulado nos últimos 12 meses, os números mostram estabilidade no ritmo de queda entre abril (-9,3%) e maio (-9,3%). Também neste confronto, as indústrias de Minas Gerais (-12,1%) e de São Paulo (-10,1%) lideram, com as reduções mais pronunciadas.

Massa salarial aumenta em todos os locais pesquisados

O total de salários pagos pelo setor industrial se ampliou, em termos reais, 0,2% entre abril e maio, provavelmente influenciado pelo reajuste do salário mínimo. Os demais indicadores, no entanto, continuam mostrando reduções significativas, acompanhando o movimento de perda nos postos de trabalho: -10,2% em relação a maio de 1998, -10,5% no acumulado do ano e -9,1% nos últimos 12 meses.

Quanto ao salário médio real, as indústrias das regiões Sul e Nordeste (0,6%) foram as que concederam os maiores aumentos entre abril e maio. No Rio de Janeiro houve expansão de 0,3%, em São Paulo de 0,2% e em Minas Gerais o salário ficou estável.

Produção industrial cresce em maio

A produção industrial brasileira cresceu 2,1% entre abril e maio deste ano, na série livre de influências sazonais. Nas demais comparações, os índices permanecem negativos: o confronto maio 99/maio 98 mostra redução de 3,1%, o acumulado para o período janeiro-maio aponta queda de 3,3% e o acumulado nos últimos doze meses fica em -3,1%.

Em maio, o avanço da produção com relação a abril teve um perfil generalizado, alcançando a maioria (dezesseis) dos vinte ramos industriais pesquisados. Entre as categorias de uso, a de bens semiduráveis e não duráveis foi a única a não assinalar expansão: a taxa de -0,1% revela uma virtual estabilidade da produção entre esses dois períodos. Nas demais, bens duráveis de consumo registrou o maior acréscimo (2,5%), vindo a seguir bens intermediários (1,9%) e bens de capital (1,8%). Entre os ramos de indústria com acréscimo de produção, vale destacar produtos alimentares (7,8%), têxtil (8,1%) e fumo (9,0%), que alcançaram as maiores elevações.

Com relação a maio/98, bens duráveis e de capital têm os maiores recuos

No comparativo com igual mês do ano anterior, o setor industrial registra redução de 3,1%, mantendo uma tendência iniciada em junho do ano passado. Dos doze ramos com decréscimo nesta comparação, os que mais pressionam negativamente o resultado global da indústria são: material elétrico e de comunicações (cuja queda chega a 23,2%), material de transporte (-20,1%) e mecânica (-11,0%), áreas tipicamente identificadas com a produção de bens de consumo duráveis e de bens de capital.

Entre os oito ramos com ampliação na produção entre maio do ano passado e maio deste ano, os de maior impacto na determinação do resultado para a indústria como um todo, são respectivamente: produtos alimentares (11,0%), extrativa mineral (6,7%) e química (2,4%), que fabricam basicamente bens intermediários e bens de consumo não duráveis, áreas com desempenho relativo acima da média da indústria ao longo dos últimos meses.



IPCA-E do 2º trimestre de 1999 cai para 1,27%

O IPCA-E (Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial), coletado de 15 do mês anterior a 15 do mês de referência, fechou o segundo trimestre de 1999 com uma taxa acumulada de 1,27%, mostrando uma desaceleração nesse período (0,78%, em abril; 0,51%, em maio, e -0,02, em junho). Assim, o índice, que mede a variação de preços com base no consumo médio de famílias com renda mensal de 1 a 40 salários mínimos e é usado para o cálculo da Ufir, mostrou uma queda em relação ao acumulado no primeiro trimestre desse ano, que foi de 2,56%.

Por grupo, as maiores altas do trimestre ficaram com Saúde e Cuidados Pessoais (3,66%), Artigos de Residência (2,81%), Transporte e Comunicação (2,58%) e Vestuário (2,40%). Abaixo do índice geral ficou Despesas Pessoais (0,73%). O grupo Alimentação e Bebidas foi o único a apresentar deflação (-1,25%).

Por item, destaque para as altas de Gás de bujão (15,42%), Enlatados e Conservas (8,14%), Produtos Farmacêuticos (7,99%) e Artigos de Limpeza (7,32%). As maiores taxas negativas ocorreram em Cereais, Leguminosas e Oleaginosas (-17,46%), Frutas (-12,49%), Óleos e Gorduras (-6,91%) e Hortaliças e Verduras (-6,43%).

Por localidade, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial do segundo trimestre de 1999 foi o seguinte:

LOCALIDADE	2º TRIM.	ABRIL	MAIO	JUNHO
Porto Alegre	3,18%	1,49%	1,55%	0,11%
Curitiba	2,33%	1,23%	1,11%	-0,02%
Brasília	1,62%	0,65%	0,64%	0,32%
Rio de Janeiro	1,37%	1,10%	0,34%	-0,07%
Belo Horizonte	1,20%	0,60%	0,51%	0,09%
Salvador	1,12%	0,68%	0,49%	-0,05%
Recife	0,99%	0,55%	0,29%	0,15%
São Paulo	0,92%	0,62%	0,31%	-0,01%
Goiânia	0,70%	0,53%	0,26%	-0,09%
Fortaleza	0,49%	0,19%	0,13%	0,17%
Belém	0,01%	0,61%	0,35%	-0,94%
GERAL	1,27%	0,78%	0,51%	-0,02%

Em maio, indústria cresce em seis das 11 áreas pesquisadas

A indústria do Paraná foi, no confronto com igual mês do ano passado, a que revelou a marca mais elevada (9,3%), influenciada principalmente pela expansão do setor químico. Em seguida, situam-se as indústrias do Rio de Janeiro (3,8%), da região Sul (3,5%) e de Santa Catarina (2,3%).

Com taxas positivas menores encontram-se Ceará (1,3%) e Bahia (0,4%), ao passo que em São Paulo, a produção industrial continua se reduzindo de forma intensa, com o recuo chegando a 7,6% entre maio de 1998 e maio desse ano. Nos demais locais, os resultados foram: -6,0% em Pernambuco, -2,5% no Nordeste e -1,9% em Minas Gerais e Rio Grande do Sul.

Na comparação acumulada de janeiro a maio de 1999 contra igual período do ano passado, os índices mostram um quadro relativamente mais favorável, com a produção industrial se expandindo em oito das 11 áreas pesquisadas. A indústria do Rio de Janeiro, apoiada no aumento da extração de petróleo e gás natural, se mantém na liderança do desempenho regional, crescendo 8,3%.

Em maio, a indústria da região **Nordeste** registra taxa de -2,5%, a primeira queda este ano no confronto com igual mês do ano passado. Nos demais indicadores, os resultados são ainda positivos: no acumulado há uma expansão de 1,1% e nos últimos 12 meses, de 1,0%. Cabe mencionar nesta região, o excelente resultado obtido pela indústria de fumo, com ampliação de 292,8%.

No **Ceará**, a indústria volta a se expandir (1,3%) com relação a maio de 1998, após um recuo de 0,8% registrado em abril, mostrando resultados positivos também nos demais indicadores: 2,3% no acumulado do ano e 3,6% nos últimos 12 meses. As maiores contribuições na formação da taxa global vieram das indústrias metalúrgica (44,6%) e de vestuário (12,0%).

Em **Pernambuco**, a produção industrial revela a segunda queda consecutiva no confronto com maio do ano passado, ao recuar 6,0%. Com isso, o indicador acumulado do ano registra expansão de 2,2% em maio, contra 4,0% em abril. Nos últimos 12 meses, a queda é de 7,0%. Os maiores impactos negativos vieram das indústrias de material elétrico e de comunicações (-19,7%) e de vestuário (-36,1%).

O setor industrial da **Bahia** revela, em maio, crescimento nos principais indicadores: 0,4% em relação a maio do ano passado, 2,5% no acumulado do ano e 4,2% nos últimos 12 meses. No confronto com maio de 98, o impacto positivo a destacar foi no ramo metalúrgico, com aumento de 32,0%.

A indústria do estado de **Minas Gerais** apresentou, em maio, resultados negativos em suas principais

comparações: no confronto mensal a produção recuou 1,9%; no acumulado do ano cai 5,0% e nos últimos doze meses retrai-se 6,4%.

A indústria mineira apresentou, em maio, sua menor queda neste ano (-1,9%), devido à recuperação do setor de produtos alimentares, que aumentou 31,2%.

Os principais indicadores da produção industrial do estado do **Rio de Janeiro** apresentaram taxas positivas em maio. Na comparação com o mesmo mês do ano passado, a produção foi 3,8% superior, no período janeiro-maio aumentou 8,3% e nos últimos doze meses avançou 9,6%. Embora perdendo um pouco de ritmo, em relação aos 10,6% de expansão registrados em abril, a indústria fluminense mantém desempenho significativo no confronto com igual mês do ano anterior. O setor extrativo mineral avançou 15,7% e, mais uma vez, se constituiu na base da expansão fabril do estado.

A indústria de **São Paulo** continuou apresentando comportamento marcadamente negativo em todos os principais indicadores: em relação a maio de 1998 a produção caiu 7,6%, no acumulado do ano -8,6% e nos últimos doze meses -6,2%. A indústria paulista vem registrando, desde agosto de 1998, quedas consecutivas de produção na comparação com igual mês do ano anterior. Em maio último, treze dos 20 ramos pesquisados assinalam comportamento negativo, com destaque para as indústrias mecânica (-24,5%) e de material de transporte (-21,9%).

O setor industrial da região **Sul** amplia a produção, pelo terceiro mês consecutivo, na comparação com o ano anterior. Em maio de 1999 há um aumento de 3,5%, fazendo com que o acumulado do ano já aponte crescimento (0,6%). O índice dos últimos doze meses, apesar de ainda ser negativo (-1,4%), continua em trajetória ascendente.

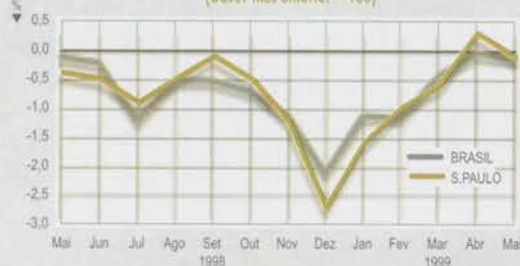
A atividade industrial do **Paraná** apresentou, em maio, todos os indicadores positivos, com taxas de 9,3% no mensal, 1,3% no acumulado do ano e 2,9% nos últimos 12 meses. No confronto com maio de 1998, os 9,3% foram determinados pela indústria química, que teve crescimento de 114,2%.

Em **Santa Catarina**, a produção industrial revela o terceiro aumento consecutivo no confronto com igual mês do ano anterior, ao se expandir 2,3% em maio. Nos demais indicadores, os resultados foram de 1,2% no acumulado do ano e de -1,7% nos últimos doze meses.

A indústria do **Rio Grande do Sul** apresentou resultados negativos nos principais indicadores: -1,9% em relação a igual mês de 1998 e no acumulado do ano e -3,9% nos últimos doze meses. Em maio de 1999, a queda de 1,9% foi influenciada principalmente por química (-12,0%) e mecânica (-14,3%). A indústria de fumo (21,8%) representou o maior impacto positivo sobre a taxa, seguida de metalúrgica (12,2%).

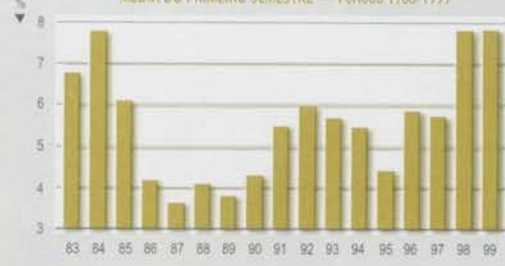
EVOLUÇÃO DO EMPREGO INDUSTRIAL – BRASIL E S. PAULO

(Base: mês anterior = 100)



TAXA MÉDIA DE DESEMPREGO ABERTO

MÉDIA DO PRIMEIRO SEMESTRE – Período 1983-1999



INDICADORES CONJUNTURAIS

	PERÍODO DE REFERÊNCIA	NÍVEL	VARIÇÃO EM RELAÇÃO AO PERÍODO ANTERIOR (%)	VARIÇÃO EM RELAÇÃO AO MESMO PERÍODO DO ANO ANTERIOR (%)
■ PRODUTO INTERNO BRUTO (1990=100) (**)				
Total	1999-I	121,73 (1)	-1,64 (1)	-1,89 (2)
Agropecuária	1999-I	135,68 (1)	-6,45 (1)	-6,11 (2)
Indústria	1999-I	117,90 (1)	-2,45 (1)	-4,47 (2)
Serviços	1999-I	109,43 (1)	-0,65 (1)	0,08 (2)
■ PRODUÇÃO AGRÍCOLA (milhões de toneladas) (*)				
Total de Cereais, Leguminosas e Oleaginosas (3)	Mai/99	81,229	—	8,05 (4)
■ PRODUÇÃO INDUSTRIAL (média de 1991=100) (**)				
Total	Mai/99	118,99	2,09 (1)	-3,11
Bens de Capital	Mai/99	99,97	1,77 (1)	-16,90
Bens Intermediários	Mai/99	123,38	1,87 (1)	0,52
Bens de Consumo Duráveis	Mai/99	123,34	2,49 (1)	-23,96
Bens de Consumo Não-duráveis	Mai/99	109,01	-0,11 (1)	-0,39
■ COMÉRCIO VAREJISTA – Rio de Janeiro (jan/95=100) (*)				
Faturamento (5)	Abr/99	70,10	-7,18	-7,70
Emprego Assalariado	Abr/99	80,35	-0,79	-4,23
Salários e Outras Remunerações (5)	Abr/99	103,03	-1,89	7,11
Faturamento (5)	Mai/99	73,50	4,85	-6,29
Emprego Assalariado	Mai/99	79,59	-1,11	-4,11
Salários e Outras Remunerações (5)	Mai/99	104,25	0,87	6,80
■ COMÉRCIO VAREJISTA – Recife (jan/97=100) (*)				
Faturamento (6)	Abr/99	72,86	-10,06	-14,20
Emprego Assalariado	Abr/99	78,61	-4,21	-9,94
Salários e Outras Remunerações (6)	Abr/99	85,68	-4,54	-8,75
Faturamento (6)	Mai/99	73,96	1,44	-10,91
Emprego Assalariado	Mai/99	77,62	-1,37	-9,71
Salários e Outras Remunerações (6)	Mai/99	85,73	0,43	-5,72
■ COMÉRCIO VAREJISTA – Salvador (jan/97=100) (*)				
Faturamento (7)	Abr/99	88,77	-7,71	-4,16
Emprego Assalariado	Abr/99	86,47	-0,32	-4,67
Salários e Outras Remunerações (7)	Abr/99	87,04	-1,13	-3,68
Faturamento (7)	Mai/99	98,98	3,86	-7,13
Emprego Assalariado	Mai/99	85,05	-0,77	-5,77
Salários e Outras Remunerações (7)	Mai/99	87,82	-1,49	-1,78
■ MERCADO DE TRABALHO (*)				
Taxa Média de Desemprego Aberto (%) (8)	Mai/99	7,70	-4,00	-6,10
Rendimento Médio Real (jul/94=100) (9)	Abr/99	120,55	-0,60	-4,10
Empregados com Carteira Assinada	Abr/99	113,58	-1,40	-4,10
Empregados sem Carteira Assinada	Abr/99	135,56	-3,60	0,30
Conta-própria	Abr/99	128,09	1,90	-3,80
Taxa Média de Desemprego Aberto (%) (8)	Jun/99	7,84	1,80	-0,80
Rendimento Médio Real (jul/94=100) (9)	Mai/99	120,45	-0,10	-2,80
Empregados com Carteira Assinada	Mai/99	115,88	2,00	-2,50
Empregados sem Carteira Assinada	Mai/99	134,19	-1,00	1,10
Conta-própria	Mai/99	122,65	-4,20	-5,70
Emprego Industrial (1985=100) (10)	Abr/99	57,17	0,00	-8,60
Salário Médio Real na Indústria (1985=100) (11)	Abr/99	120,83	-0,42	-2,40
Emprego Industrial (1985=100) (10)	Mai/99	57,09	-0,07	-8,66
Salário Médio Real na Indústria (1985=100) (11)	Mai/99	121,17	0,33	-1,65
■ PREÇOS				
Índice de Preços ao Consumidor – INPC (dez/93=100) (*)	Mai/99	1.520,59	0,05 (12)	3,19 (13)
Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA (dez/93=100) (*)	Mai/99	1.513,08	0,30 (12)	3,14 (13)
Índice de Preços ao Consumidor – INPC (dez/93=100) (*)	Jun/99	1.521,65	0,07 (12)	3,10 (13)
Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA (dez/93=100) (*)	Jun/99	1.515,95	0,19 (12)	3,32 (13)
Índice de Preços ao Consumidor Especial – IPCA-E	Abr-Jun/99	—	1,27 (14)	—
Custo Médio da Construção Civil (R\$/m²) (*)	Jun/99	292,64	0,17 (12)	3,46 (15)

NOTAS: (1) Série com ajuste sazonal. (2) Série encadeada do índice trimestral. (3) Estimativa no mês de referência para a produção total esperada no ano em curso (caroço de algodão, soja, milho, trigo, arroz, feijão, amendoim, mamona, aveia, centeio, cevada, sorgo). (4) Variação em relação à produção obtida no ano anterior. (5) Deflacionado pelo IPCA da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. (6) Deflacionado pelo IPCA da Região Metropolitana de Recife. (7) Deflacionado pelo IPCA da Região Metropolitana de Salvador. (8) Taxa média de desemprego aberto (semana), abrangendo regiões metropolitanas de Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre. (9) Rendimento do trabalho principal das pessoas ocupadas, deflacionado pelo INPC. (10) Pessoal ocupado na produção. (11) Deflacionado pelo INPC. (12) Variação no mês. (13) Variação anualizada. (14) Variação acumulada no período de referência. O IPCA-E é divulgado ao final de cada trimestre. (15) Variação acumulada no ano.

(*) ÍNDICE MENSAL. (***) ÍNDICE TRIMESTRAL.

TENDÊNCIAS DEMOGRÁFICAS

VOLUMES PUBLICADOS

R\$8,50 cada

- Alagoas
- Bahia
- Ceará
- Distrito Federal
- Goiás
- Maranhão
- Mato Grosso
- Mato Grosso do Sul
- Paraíba
- Paraná
- Pernambuco
- Piauí
- Rio Grande do Norte
- Rio Grande do Sul
- Santa Catarina
- Sergipe

Tudo o que você
precisa saber sobre a
evolução da população.
Estado por estado.

PRÓXIMOS LANÇAMENTOS

- Acre
- Amapá
- Amazonas
- Brasil
- Espírito Santo
- Minas Gerais
- Pará
- Rio de Janeiro
- Rondônia
- Roraima
- São Paulo
- Tocantins

IBGE

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E DISSEMINAÇÃO DE INFORMAÇÕES
Div. de Comercialização • R. Gal. Canabarro 706 • 2º and. • 20271-201 • Maracanã • RJ
Tel.: (021) 569-2043 • Ramais 118, 119 e 137 • Fax/Tel.: (021) 569-4690
Ligação Direta Gratuita: 0800-218181

0800-218181

<http://www.ibge.gov.br>
<http://www.ibge.org>

CARTA IBGE



Publicação Mensal IBGE
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Produção CGC
Coordenação Geral de Comunicação Social
Av. Franklin Roosevelt, 166 • 9º andar
Castelo • 20021-120 • Rio de Janeiro • RJ
Tel.: (021) 514-4651 • Fax: (021) 220-6521
Internet <http://www.ibge.gov.br>
E-mail cartaibge@ibge.gov.br

Impressão e Circulação CDDI
Centro de Documentação e Disseminação
de Informações

Coordenador e Editor Responsável
Carlos Vieira (Reg. Prof. nº 18.508 MTb-RJ)
Editora-Chefe Maria Léa Aguiar
Assistentes Fátima Santos e Sheila Riera
Projeto Gráfico e Editoração Paulo Weissenberg
Publicidade Lúcia Guimarães

Carta IBGE é um projeto integrado do qual participam, ainda, a Diretoria de Pesquisas (Francisco Alchorne), a Diretoria de Geociências (Angelo Pavan) e o CDDI (Delfim Teixeira).

Tiragem 8.000 exemplares

Nesta edição foram utilizados dados disponíveis até 23/07/99

Entregue aos Correios até o dia 30/09/99